UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

BERNARDO DE CARVALHO

A REFORMA NEOLIBERAL DA EDUCAÇÃO PARANAENSE:

RELATO DA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM HISTÓRIA NO ENSINO PÚBLICO DE PONTA GROSSA

PONTA GROSSA

2025

Bernardo de Carvalho

A REFORMA NEOLIBERAL DA EDUCAÇÃO PARANAENSE:

RELATO DA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM HISTÓRIA NO ENSINO PÚBLICO DE PONTA GROSSA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Universidade Estadual de Ponta Grossa, como parte das exigências para a obtenção do título de licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Luis Fernando Cerri

PONTA GROSSA

2025

BERNARDO DE CARVALHO

A REFORMA NEOLIBERAL DA EDUCAÇÃO PARANAENSE: RELATO DA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM HISTÓRIA NO ENSINO PÚBLICO DE PONTA GROSSA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção do título de Licenciado em História na Universidade Estadual de Ponta Grossa,

Ponta Grossa, 14 de novembro de 2025.

_____
Prof. Dr. Luis Fernando Cerri – Orientador
Doutor em Educação - Universidade Estadual de Ponta Grossa

_____
Profa. Dra. Valéria Filgueiras Dapper
Doutora em Educação
Universidade Federal de Rondonópolis

_____
Prof. Dr. Donnes Janz
Doutor em História
Universidade Estadual de Ponta Grossa

RESUMO

Este trabalho analisa a interferência da Reforma Neoliberal da Educação Paranaense no exercício docente e no funcionamento da escola pública em Ponta Grossa. A pesquisa baseia-se no relato da experiência de estágio curricular obrigatório no Ensino Fundamental, utilizando a observação direta para a coleta de dados. O estudo adota a perspectiva da Pedagogia Crítica para refletir sobre a educação como um campo de disputas, onde o sistema capitalista neoliberal pressiona o ensino a se adequar aos moldes econômicos de organização empresarial, visando a eficiência e o lucro. A análise crítica enfoca a plataformização (inserção de plataformas digitais como Power BI, Google Classroom, e RCO), uma estratégia que padroniza recursos e monitora continuamente a produção de dados pelos professores. Tal política visa transformar a cultura da escola e posiciona o professor como um "executor pouco qualificado", minando sua autonomia e desvalorizando seu papel como intelectual. Observa-se que a infraestrutura de vigilância, impulsionada pela tecnologia e pelo discurso de modernização, ignora as especificidades das comunidades escolares. Conclui-se que a implementação dessas políticas empresariais não é um movimento neutro, mas um projeto político que busca a desqualificação do ensino público e a mercantilização da educação.
Palavras-chave: Reforma Neoliberal da Educação, Plataformização, Licenciatura em História, Estágio em História.

ABSTRACT

This study analyzes the interference of the Neoliberal Education Reform in Paraná on teaching practices and the functioning of public schools in Ponta Grossa. The research is based on reports of experiences during mandatory teaching internships in elementary schools, using direct observation for data collection. The study adopts the perspective of Critical Pedagogy to reflect on education as a field of dispute, where the neoliberal capitalist system pressures teaching to conform to the economic models of business organization, aiming at efficiency and profit. The critical analysis focuses on platformization (the insertion of digital platforms such as Power BI, Google Classroom, and RCO), a strategy that standardizes resources and continuously monitors data production by teachers. This policy aims to transform school culture and positions teachers as “low-skilled executors,” undermining their autonomy and devaluing their role as intellectuals. It is observed that the surveillance infrastructure, driven by technology and the discourse of modernization, ignores the specificities of school communities. It is concluded that the implementation of these business policies is not a neutral movement, but a political project that seeks to disqualify public education and commodify education.

Keywords: Neoliberal Education Reform, Platformization, History Degree, History Internship.

SUMÁRIO

1. **INTRODUÇÃO 4**
2. **CAPÍTULO I: RELATO 12**
3. **CAPÍTULO II: ANÁLISE..... 23**
4. **CONCLUSÃO 31**
5. **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 33**

1 INTRODUÇÃO

1.1 O CONTEXTO NEOLIBERAL DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

A educação é um campo de disputas. Ela é um direito de todos. As articulações políticas e econômicas sempre têm impacto em como o ensino acontece e para que ele acontece. Não é neutra em sua construção, e muito menos passiva às pressões empregadas sobre ela. Na verdade, falar sobre educação escolar, não é somente falar sobre o conteúdo, as matérias e a forma de ensinar. É falar sobre o ambiente da escola, o grande número de funcionários, estudantes, famílias, pesquisadores, por todo o mundo, que continuadamente trabalham para produzir conhecimento e analisar o processo de aprendizagem para que ele seja democrático e eficiente, pois é fundamental para a formação do ser humano na sociedade.

Na conjuntura brasileira do século XX, o sistema capitalista neoliberal, em que o lucro é o principal objetivo, tem reforçado que a educação escolar precisa de um conjunto mudanças específicas, pois ela não atende as demandas atuais dos alunos e da sociedade e precisa se encaixar nos moldes econômicos de organização empresarial para ser mais eficiente. Como colocado por APPLE:

> "O grupo dos neo-liberais é o mais poderoso no seio da restauração conservadora, guiando-se pela conceptualização de um Estado fraco. Assim, o que é privado é necessariamente bom e o que é público é necessariamente mau. As instituições públicas, como as escolas, são vistas como "buracos negros" nos quais o dinheiro é investido – e aparentemente desaparece – e que não conseguem providenciar resultados adequados." (APPLE 2002, p. 57)

O objetivo é inserir o aluno no mercado de trabalho, através da capacitação técnica e o uso da tecnologia como computadores, plataformas virtuais, e a parceria privada para atingir esse resultado. Esse interesse do setor neoliberal em investir com mais incisão na educação acontece primeiramente nos Estados Unidos na década de 80, que apresentam a defesa da democracia como justificativa para tratar da educação como um mercado, e traz a responsabilidade da criação de trabalhadores e consumidores ao estado, secundarizando os moldes e padrões de aprendizagem postos anteriormente. De acordo com APPLE (2002), o contexto internacional da

década de 80 influência a chegada dessas ideias no Brasil com a aliança entre o bloco hegemônico neoliberal:

> “Existem quatro grandes grupos inseridos nesta aliança. Cada um deles possui a sua própria história de autonomia relativa e as suas dinâmicas. Porém, cada um destes grupos surge também subordinado ao movimento conservador mais abrangente. Tais grupos incluem os neo-liberais, os neo-conservadores, os populistas autoritários e uma fracção particular de uma nova classe média em ascensão.” (APPLE,2002, p.57)

A aprendizagem que deveria dentro de sua complexidade, adaptar-se à diferentes realidades, passa a ser pressionada por fatores que são externos ao movimento entre aquilo que o aluno vive dentro e fora dela, o professor que dedica sua vida a sua profissão, e o conteúdo ensinado e aprendido, catalisador de mudanças, de transformação. Ela deve ser mecânica, facilmente reproduzida, e sem necessidade de intervenção do docente.

Todos os funcionários da escola passam a ser geridos por essas políticas, e precisam atingir metas de trabalho que determinam a eficiência da organização da instituição, direcionadas pelo governo do estado. O espaço para o ensino muda, acontece dentro da sala de aula, e no ambiente virtual, através das plataformas, que agora ocupam mais tempo e atenção dos alunos do que o próprio docente. É um movimento político que irrompe o ensino público, transformando sua cultura e alterando a experiência de seus participantes.

1.2 EDUCAÇÃO NO PARANÁ E O PAPEL DO PROFESSOR

A lógica e a forma de pensamento que sustentam as políticas públicas que implantaram a plataformização da educação concebem o professor como um executor pouco qualificado de práticas de ensino pré-programadas e padronizadas e, portanto, incompatíveis com a ideia do professor como intelectual. Na análise de MARIN, a mídia tem um papel de influência sobre a ideologia e a disseminação de discursos, e podemos observar nas notícias do jornal *Folha de S.Paulo* como as notícias relacionadas ao tema educação são apresentadas, contemplando temas como avaliações de desempenho, currículo, gestão, financiamento, oferta e, aqui apresentados, alguns exemplos sobre os professores:

> “Pesquisas indicam que muitos professores do país conhecem o conteúdo a ser ministrado, mas não sabem como ensinar” (Folha de S.Paulo, Editorial Dentro da escola, 02.02.2010).”
>
> “Ao contrário, todas as pesquisas indicam que, se deixamos de lado fatores externos (renda familiar, tempo livre etc.), é a força intelectual e moral do professor que pesa na decisão do estudante em continuar na escola” (Folha de S.Paulo, Artigo A falácia do currículo enxuto, Paulo Ghiraldelli, 19.11.2014).

Na contramão desta concepção, partimos da perspectiva da Pedagogia Crítica, de que a educação é um processo de comunicação entre o aluno, o conhecimento e o professor. A maneira como encaramos o ensino influencia a forma como trabalhamos a experiência de sala de aula. Para Giroux, o professor é o intelectual que pensa esse processo:

> “O professor como intelectual transformador deve estar comprometido com o seguinte: ensino como prática emancipadora; criação de escolas como esferas públicas democráticas; restauração de uma comunidade de valores progressistas compartilhados; e fomentação de um discurso público comum ligado aos imperativos democráticos de igualdade e justiça social.” (GIROUX, 1997, p.10)

O professor pesquisa, estuda e prepara a aula pensando nos desafios e na realidade de seus alunos. Ele precisa formar-se na área, e é uma profissão desafiadora que precisa de constante manutenção. A capacitação de pós-graduação na licenciatura se torna cada vez mais necessária como prova de competência e exigência do mercado, e como ele relaciona o conhecimento do conteúdo a realidade do aluno, ele precisa da capacidade de compreensão da realidade.

> “O principal objetivo da pedagogia crítica é autorizar os estudantes para intervirem em sua própria autoformação e transformarem as características opressivas cia sociedade mais ampla que tornam tal intervenção necessária.” (GIROUX, 1997, p.35)

Então, a profissão de professor não é passiva, e muito menos automática. Por isso, se observamos os debates relativos à reforma da educação brasileira no final da década de 90, são produzidas as Diretrizes Curriculares Nacionais, que justamente viam o campo educacional como maleável, que tem a ciência como ponto de referência e suas propostas a partir de dados sobre a vida dos brasileiros.

De acordo com PASINI, SILVA (2024), mesmo antes da pandemia, o governo do Paraná já havia inserido o uso de algumas plataformas para o controle de presença de alunos e desempenho, como no caso do RCO, que começou a ser utilizado em 2013. Dentre os momentos de conversa com o professor anfitrião que me recebeu no estágio na escola, a crítica mais contundente se dá em relação a atuação do professor na preparação da aula. De que maneira a padronização da educação trabalha para

mudar o aprendizado do aluno? O Estado espera algum resultado específico do trabalho do professor?

1.3 O ESTÁGIO E A OBSERVAÇÃO

O seguinte trabalho é uma reflexão a partir do relato produzido por mim durante o período de estágio no ensino fundamental, analisando a conjuntura atual da educação pública no estado do Paraná, e a inserção de políticas e estratégias neoliberais que modificam o funcionamento do sistema educacional, afetando desde os funcionários das escolas, até o ambiente familiar e a cultura da escola. Apesar de ser uma política que afeta todo o estado, cada escola passa por ela de maneiras diferentes. O relato apresentado não busca efetivar uma única narrativa de como o processo acontece na rotina de todas as escolas, mas sim, a partir da análise crítica dessa experiência, entender os desdobramentos que vão além dos escritos nas leis, e que muitas vezes não são refletidos nos dados apresentados pelo governo do estado.

A estrutura do estágio no currículo ao qual participo é dívida em quatro disciplinas semestrais. Duas delas contam com carga horária dentro da escola, e consistem na observação do ambiente escolar, e como forma de avaliação, a escrita de um relatório sobre a experiência, bem como uma análise crítica a partir das discussões feitas em sala e dos textos estudados.

Na escola, eu e mais dois colegas de minha turma fomos recebidos por um dos professores da disciplina de História, sendo necessário cumprir uma carga horária tanto de observação de sala de aula, tanto de estudo do meio, onde o foco é na observação da escola em si, na sua estrutura, rotina, comunidade, entre outras questões. Ao final do período de observação, os acadêmicos devem preparar aulas que serão ministradas por eles nas turmas do professor anfitrião. O processo exige um plano de aula, e a apresentação prévia da proposta em aula na disciplina na faculdade. Todo esse processo é acompanhado pelo professor da disciplina de Estágio da faculdade e pelo professor anfitrião na escola, sempre havendo comunicação e planejamento para que nenhuma das partes sejam prejudicadas. Como são quatro disciplinas semestrais de estágio, cada uma delas é focada numa

etapa disciplinar: na primeira foram visitadas várias escolas da cidade afim de entender os diferentes tipos de gestões, uma no Ensino Fundamental II e outra no Ensino Médio, para observação e docência, e outra em modalidades de ensino diversas como cursinhos, visita a museus, entre outros espaços de ensino.

O trabalho de observação aconteceu durante as aulas de história. A disciplina de história procura a emancipação do sujeito através da reflexão histórica e da consciência da historicidade na realidade. A matéria História que aprendemos na escola, é um referencial sociocultural que perpassa todos que tiveram esse conteúdo. Observar as mudanças metodológicas nos auxilia ao entendimento tanto das consequências à aprendizagem dessas mudanças a curto e longo prazo, como também a entender fenômenos externos a escola, mas comum ao campo educacional, como por exemplo a plataformização.

1.4 IMPACTOS DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS NA EDUCAÇÃO

A plataformização é a inserção de várias plataformas digitais no funcionamento da escola, principalmente ligado a administração de dados dos alunos pelos professores e dos professores pelo estado. Dentre as plataformas (*Power BI, Google Classroom*, Registro de Classe Online ou RCO, Desafio Paraná, Redação Paraná, Leia Paraná, entre outras), foram estabelecidas um conjunto de ações administrativas para padronizar os recursos utilizados nas instituições, destinadas a obrigar professores e alunos a usa-los bem como monitorar continuamente a produção de dados.

Acompanho o ponto de vista de que essa estratégia faz parte de uma política neoliberal de empresariamento implantada nas escolas estaduais visando atender as demandas do setor privado, porém utilizando do discurso de inovação e desenvolvimento que a tecnologia traz para a educação, também apontado por BARBOSA, ALVES (2023). Não se pode negar que o uso correto da tecnologia pode sim favorecer a funcionalidade do sistema educacional. Mas a utilização de qualquer tecnologia não pode ser entendida como neutra, quer dizer, a tecnologia em si não

salva ou condena, ela serve ao projeto que a mobiliza, e esse projeto sim é que deve estar em questão, conforme afirma Selwyn:

> “De fato, tecnologias educacionais não são, simplesmente, ferramentas neutras usadas de formas benignas em contextos educacionais. Como quaisquer outras tecnologias, tecnologia educacional está intrinsecamente associada a aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos da sociedade. “(SELWYN, 2011, p. 38)

Conforme argumenta-se adiante, a inserção destas políticas conservadoras tecnicistas na rotina da escola causou forte impacto negativo. O grande número de diferentes plataformas e a sobrecarga das funções desempenhadas por todos os funcionários da escola traz o efeito contrário, deixando processos mais demorados, e retirando a autonomia dos professores. Além disso, outras modalidades de gestão implantadas pelo governo, como por exemplo a militarização, transferem grande parte do poder de decisão e estratégia para militares que passam a trabalhar dentro da escola em diversos cargos, encarregados em manter o comportamento adequado e disciplina na instituição, a partir de uma visão de ordem e fiscalização aliadas as ideias conservadoras.

Os arquivos das aulas são disponibilizados pelo governo estadual através do módulo de aprendizagem RCO+Aulas, presente no Registro de Classe Online, como sugestões pedagógicas e metodológicas, mas que devem ser seguidas pelo professor de acordo com os conteúdos considerados essenciais, com materiais como videoaulas, slides e listas de exercícios, com confirmações se o arquivo foi aberto e utilizado na aula, verificação do pedagogo da escola sobre o uso do arquivo, e espaço de opinião do docente sobre a produção, já que não são produzidos pelos funcionários da equipe pedagógica de cada escola.

Dessa forma, observa-se que a utilização do RCO+Aulas já sinalizava uma tendência à centralização e ao monitoramento pedagógico mediados pela tecnologia, aspecto que se intensificou durante o período pandêmico de 2019 a 2022. A exigência de utilização de materiais padronizados e a verificação de seu uso por parte da gestão escolar antecipavam, em certa medida, a lógica consolidada no ensino remoto: a crescente dependência de plataformas digitais para assegurar a continuidade das atividades escolares e a manutenção da rotina educacional diante das restrições impostas pelo distanciamento social.

Entre 2019 e 2022, o mundo todo enfrentou uma doença que fez milhões de vítimas e que transformou a forma como a tecnologia estava inserida no nosso dia a dia. O funcionamento da sociedade dependia de formas alternativas de socialização que não dependessem do contato direto, e que conectassem o maior número de pessoas de forma rápida e segura. Dentro do âmbito da educação, os sistemas EAD (Ensino a distância) de todas as instituições se tornaram parte essencial de todo o funcionamento. Todas as aulas passaram a ser feitas online, e as plataformas de ensino ganharam popularidade. Mesmo após a pandemia global, grande parte desses sistemas continuaram a ser utilizados, transferindo parte de suas ferramentas para os cursos presenciais, com várias disciplinas utilizando plataformas diferentes.

Hoje em dia, a rotina docente ainda enfrenta a imensa quantidade de processos e dados necessários para o funcionamento diário da aula, desde chamada online, verificação de conteúdo, fotos para reconhecimento facial de alunos, entre outros. Entre redações, *quizzes*[1], provas e materiais didáticos, pouca coisa fica dependente da reflexão do professor na prática didática. O conteúdo, a metodologia, e até mesmo a apresentação de slides de sua aula é sugerida pelo governo, com o material pronto para ser utilizado dentro das plataformas, mesmo que muitas vezes seja optado por não o utilizar, destacando aqui uma resistência por parte dos docentes. A padronização, processo ligado a plataformização, se difere de um nivelamento, pois não procura a garantia de qualidade básica para todas as unidades, mas sim, o cumprimento de metas arbitrárias que não necessariamente estão de acordo com as necessidades e os interesses das comunidades escolares. Nenhum de nós quando estava na escola passou pelas mesmas situações, todos tem diferentes realidades e desafios em suas vidas, e a padronização da aprendizagem ignora essas especificidades, gerando uma ideia questionável de um “bom funcionamento”. A apresentação dos dados pelo governo estadual foca em metas de notas e presença dos alunos nas aulas, dados que não revelam a totalidade da experiência escolar, e muito menos a qualidade da aprendizagem. Um aluno pode ir bem em uma prova sem necessariamente ter aprendido o conteúdo, somente decorando-o. Então, por que a estrutura da aula e a didática do professor estão postos em vigilância, se somente a nota final é observada? Toda reestruturação do processo avaliativo e manejo de

[1] A plataforma “QUIZIZZ” utilizada mudou de nome e passou a se chamar “Wayground”.

dados nos revela qual o objetivo dentre as alterações propostas pelas políticas empresariais.

1.5 METODOLOGIA

Na perspectiva da pedagogia crítica em GIROUX (2021), teoria que procura a emancipação do indivíduo, que questiona sua realidade e desenvolve uma consciência crítica a partir disso, a metodologia escolhida para esse trabalho a coleta de dados. Através da observação direta feita a partir da experiência de estágio, é possível de acordo com os autores:

> A observação direta permite também que o observador chegue mais perto da "perspectivas dos sujeitos", um importante alvo na abordagem qualitativas. Na medida em que o observador acompanha *in loco* as experiências diárias do sujeito, pode tentar apreender a sua visão de mundo, isto é, o significado que eles atribuem à realidade que os cerca e as suas próprias ações. (LÜDKE, ANDRÉ, 1986, p.26)

A partir de um roteiro organizado em sala de aula, foram observados aspectos básicos da escola, como a estrutura da gestão da escola, o prédio, a comunidade escolar, as aulas observadas e o processo avaliativo. Após a fase de coleta de dados, foi feita uma análise crítica de tais, pensando o contexto atual da educação, as políticas neoliberais, e o processo de estágio docente. A experiência de sala de aula é central para a discussão da Reforma Educacional, pois as políticas educacionais empregadas afetam diretamente a rotina dos atores ali presentes, alunos e professores, sendo assim possível uma coleta de dados úteis que não seriam possíveis com outras metodologias. O primeiro capítulo tratará do relato produzido de acordo com a experiência no colégio, que quando foi escrito ainda não tinha como objetivo a análise presente nesse trabalho. O segundo capítulo prosseguirá com uma reflexão crítica do relato em relação ao contexto apresentado na introdução deste trabalho, onde os pontos de discussão serão explorados a partir do relato. Por fim, uma conclusão para trazer os principais pontos de discussão e pensar as possibilidades de reflexão a partir destes.

2 CAPÍTULO I: O RELATO

O seguinte texto é referente ao período de estágio feito por mim no período de 19 de agosto de 2024, até o dia 10 de outubro de 2024. Ele foi divido em temas de acordo com os requisitos de elaboração para facilitar a leitura. Foi escolhido não citar o nome da instituição e nem dos funcionários e alunos envolvidos.

2.1 A ESCOLA E O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

A instituição foi criada em 1961, e gradativamente foi aumentando os graus de capacitação oferecidos, como por exemplo em 1995, com a entrada do Ensino Médio na grade curricular da escola. Hoje, atende aproximadamente 1500 alunos, e oferece Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), Ensino Médio Regular e Ensino Profissional, com cursos técnicos nas áreas de Informática, Administração, Programação de Jogos Digitais e Desenvolvimento de Sistemas, adições mais recentes ao currículo.

O perfil da comunidade escolar se identifica como uma escola entre o centro e os bairros da cidade, e atende alunos variados, tanto os com uma condição de vida boa, quanto os de famílias carentes, e salienta a importância de políticas públicas tanto para possibilitar o acesso dos alunos a educação, como para ajudar a escola a promover a formação cultural, humana e cientifica de seus alunos e a conscientização crítica sobre a exclusão social, econômica, política e cultural dentro das necessidades do mundo contemporâneo.

Os objetivos e metas da intuição e da gestão escolar presentes no documento do Projeto Político Pedagógico da escola são:

- Manter altos índices de frequência dos estudantes nas escolas estaduais do Paraná;
- Aprimorar progressivamente a qualidade da aprendizagem dos estudantes nas escolas estaduais do Paraná;

- Garantir a permanência dos estudantes na escola, reduzindo progressivamente a evasão escolar até atingir a completa interrupção dessa problemática;

Alguns desses atingem toda a rede estadual, e dentro do Projeto Político Pedagógico (PPP) percebi que a maioria das estratégias propostas são para atacar o problema da frequência e evasão escolar, tendo uma verificação diária de presença, notificação aos pares dos alunos, e até os representantes de turma acompanham. Em casos de muitas faltas são chamados pais, conselho tutelar e o Ministério Público. Acredito que essa preocupação se deve com a avaliação do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) da escola, que cruza as frequências e a média das notas para monitorar o desempenho do colégio, que devidamente quer ter uma pontuação alta, mas que também reflete em como a escola se preocupa com a participação dos alunos e da família como comunidade escolar.

Existem vários projetos que auxiliam os alunos com dificuldades na aprendizagem e na flexibilização curricular, como por exemplo, a professora-tradutora de LIBRAS para os alunos com deficiência auditiva e de fala, o “Programas Mais Aprendizagem", “Psicólogo na Escola”[2], e de uma maneira mais informal, o entendimento da equipe em relação a realidade de alguns alunos, onde vários funcionários da escola estavam sempre conversando com os alunos de maneira amigável e positiva.

Dentro dos objetivos específicos da disciplina de História, eles seguem a diretiva do CREP (Currículo da Rede Estadual Paranaense), utilizando os verbos ‘compreender’, ‘identificar’, ‘elaborar’, ‘produzir’ e ‘analisar’, sugerindo um ensino com a participação ativa do aluno e que em tese, quer contribuir para uma formação de um cidadão com consciência histórica e autônomo, atendendo as competências da BNCC (Base Nacional Comum Curricular).

[2] Apesar da disponibilidade desses recursos na escola relatada, sua efetividade é questionável. O número de funcionários especializados não é suficiente para atender toda a comunidade escolar de maneira igualitária, acarretando em demora no atendimento virtual prestado pelo “Psicólogo na Escola”, ou ocorrendo uma falha no serviço, como por exemplo durante o período de observação, em que um dia a professora-tradutora teve imprevistos e não pode comparecer a escola, e sendo a única interprete da instituição, os alunos que dependiam de sua atuação acabaram prejudicados. Além disso, o “Programa Mais Aprendizagem” é criticado pelos docentes como uma forma de aumentar a nota de alunos que estão abaixo da média, sem avaliar efetivamente o aprendizado na recuperação de estudos, e assim, não prejudicar os dados sobre a qualidade de ensino das políticas neoliberais.

2.2 O ESPAÇO DA ESCOLA

A localização do colégio é importante para pensar o espaço interno e externo da escola e as práticas do dia a dia. Ele fica perto de uma das avenidas mais movimentadas da cidade, numa rua que faz cruzamento com essa e que recebe este fluxo. Por isso, a frente da escola existe uma passagem elevada, para auxiliar a travessia de lados pela rua. Na hora de entrada e saída da escola, o grande fluxo de alunos interfere no trânsito, e a grande maioria vai até os pontos de ônibus mais próximos para ir para casa ou passar um tempo em um dos terminais de ônibus da cidade para socialização entre os amigos. Pela quantidade, muitas vezes os ônibus passam direto do ponto, pois a dificuldade em organizar os alunos sem bagunça, do banco do motorista, é grande. Inclusive, escutei muitos comentários de passageiros que reclamam do comportamento dos alunos quando esses congestionamentos acontecem. É também o momento em que os “problemas” que ocorreram durante o dia são “resolvidos”, brigas entre alunos, correria, xingamentos e intimidações. Mas vejo essas questões como algo geral entre alunos adolescente, e não como específico desse colégio. Os problemas são os mesmos, o que muda é o cenário em que acontecem.

A entrada da escola é uma passagem entre dois portões, um de direto acesso a rua, e outro, interno, para entrada no pátio. Na hora da entrada, eles ficam abertos com funcionários monitorando os uniformes dos alunos, e depois fecham até o horário de saída. Caso o aluno chegue sem uniforme, leva uma advertência e deve usar um de sobra na escola, ou se estiver com um na mochila, vestir. A escola se divide em quatro estruturas, todas de um andar, mas com várias salas separadas. O prédio de entrada é onde encontra-se a parte administrativa da escola, com a secretária e a diretoria. A secretária tem um acesso direto para que não seja necessário entrar na área dos alunos. Caso algum visitante, estagiário, ou alguém que não seja um profissional ou um aluno, queria entrar na escola, deve se identificar, assinar uma lista e usar um crachá de identificação. É aqui que o primeiro contato com a escola é feito, e como na maioria dos colégios estaduais da cidade, temos as fotos de todos os

diretores até o atual como decoração na parede de entrada. Após a identificação, a próxima porta é para o pátio da escola.

O pátio dá acesso aos outros prédios e é onde os alunos passam a maioria do tempo, se não contarmos as salas de aula. Apesar de ter alguns espaços mais amplos, ele se contorce entre a estrutura e funciona também como um corredor ao ar livre entre as salas, contando com partes cobertas entre eles, para os dias de chuva ou para se proteger do sol. Durante o período de observação, a calçada e as canaletas perto das salas estavam passando por obras, para melhorar a infraestrutura do colégio. Quando perguntei ao professor o porquê da mudança, pois não tinha visto nenhum problema nelas nos dias anteriores, ele me respondeu que duvidava da efetividade daquela obra, e que se a verba estava sendo utilizada para melhorar o espaço escola, então tudo bem. O pátio também conta com algumas áreas com grama e árvores, e algumas decorações nos muros e flores. Inclusive, os muros não são altos o suficiente para impedir a visão da rua à frente da escola, e existem histórias de alunos fugindo das aulas sem muitas dificuldades, o que levou a construção de grades para tentar impedir que isso aconteça, e, diga-se de passagem, não tem muito sucesso. Também tem a presença de desenhos relacionados a brincadeiras como amarelinha, xadrez, damas. Não são jogos específicos, mas espaços que contém desenhos de tabuleiros. Eu não vi nenhum parquinho ou brinquedos de playground ou algo parecido em nenhum ambiente da escola.

O segundo prédio é localizado mais alto que os outros. Você precisa subir uma rampa ou escada para chegar até ele. É onde fica a sala dos professores, os laboratórios de ciências, matemática e informática. Também possui um refeitório, onde os alunos podem comer durante o recreio, e banheiros. E mais ao fundo tem a sala de reuniões, a área de manutenção e o inventário de limpeza. Aqui especificamente, dois desses ambientes se destacaram no período de observação, que é a sala dos professores e a sala de reuniões. A sala dos professores é um ambiente com computadores, armários, quadro de horários e avisos, alguns sofás, cafeteira, geladeira e mesas. Os materiais que devem estar disponíveis nessa sala estão descritos no PPP da escola. Aqui os professores comem, se organizam, conversam sobre os avisos da escola, qual as aulas do dia, e os eventos e projetos que acontecerão. Também acessam os computadores para ver notas, atividades, entrar no site do governo estadual, ver notícias. Enfim, um espaço de convivência e

organização. O professor que nos recebeu não passava muito tempo ali, mas geralmente era o lugar que nos encontrávamos quando chegávamos para a observação. A sala de reuniões foi onde tivemos o primeiro contato com o professor e onde, na maioria das vezes, íamos quando precisávamos ter uma conversa privada com o professor. Era a alternativa a sala dos professores e o pátio. Ela era bem menor que as outras, teto mais baixo, continha uma janela e dois computadores sobre as mesas. Um espaço pequeno e mais reservado.

O terceiro e quarto prédios são onde ficam as salas de aula. As elas não são organizadas por ordem, e não entendi muito bem o porquê elas estavam distribuídas da maneira que estavam. Os 9º anos ficavam em lados opostos, enquanto os Ensinos médios ficavam em sala que nem visitamos. Os sétimos e sextos anos ficavam no quarto prédio, no mesmo corredor, de uma maneira crescente, primeiras salas sextos anos, até o último sétimo ano no final do corredor. Desse prédio é possível acessar o ginásio, o qual não visitamos, só vimos a partir do portão de metal que tem na entrada. Nessa encruzilhada também temos banheiros, a sala da assistência pedagógica e uma copa pequena. O ambiente das salas continha vários elementos em comum, calendário e quadro de avisos perto da porta, aviso “Você está sendo filmado” na parte de cima do quadro, estante de livros didáticos ao fundo da sala, mesa do professor e TV do RCO. Todas as salas observadas tinham ventiladores, mas muitos deles não funcionavam ou não eram suficientes para ventilar a sala nos dias de calor. As salas do 8º ano e do 9º ano A eram cheias e tinha todas as carteiras com alunos, deixando pouco espaço para movimentação, e facilmente tornando a sala abafada.

2.3 SÉRIES OBSERVADAS

As observações começaram no dia 19 de agosto, e seguiram até o começo de outubro. As séries observadas foram dois sétimos anos, um oitavo ano, e dois nonos anos. Em todas as turmas, no primeiro momento da aula, o professor informava o que estava acontecendo, explicando que éramos estagiários e futuros professores e que fazíamos parte do curso de Licenciatura em História da UEPG, e que dali alguns dias um de nós ministraríamos algumas aulas mais à frente. Os cochichos e conversas logo cessavam e então nos apresentávamos a turma.

O primeiro contato foi com o oitavo ano, uma turma muito receptiva, e que nos encheu de perguntas. Como havia poucas carteiras vazias e pouco espaço, geralmente nos sentávamos em lugares diferentes, e caso não tivesse faltantes, pegávamos uma cadeira e ficávamos no fundo da sala. Isso influenciava como os alunos se comunicavam conosco. Nessa turma em específico, a aproximação foi rápida. Muitos perguntavam sobre como eram nossas vidas, sobre coisas do dia a dia, ou dúvidas sobre o conteúdo. Gostavam de socializar e faziam muitas brincadeiras entre si. Apesar disso, existia um certo problema de comportamento, e o professor muitas vezes tinha de interromper a aula para pedir silêncio, ou chamar a atenção de alunos específicos. Alguns alunos também tinham problemas com suas notas, e corriam o risco de reprovar, sendo que muitas vezes não ganharam as notas por não entregarem as atividades ou não participarem da aula de forma positiva. Em especial nessa turma, uma das alunas gostava de conversar conosco e sempre nos ambientes fora da sala de aula vinha nos cumprimentar e conversar com o professor. O professor a apresentou no primeiro dia, de forma cômica, que seu pai tinha sido preso e que não deveríamos nos meter com ela. Acredito que as piadas e respondermos a curiosidade da turma ajudou na relação entre nós e os alunos, sendo que até os considerados “malcomportados” pediam conselhos e mostraram uma melhora nas semanas que estávamos na sala.

Os sétimos anos um pouco mais caóticos. Eles estavam continuando um trabalho da disciplina na primeira aula de observação no 7º ano B, em que deveriam produzir um diário de bordo de um personagem que eles criariam relacionado ao conteúdo das Grandes Navegações do século XV. Muitos estavam bem avançados, enquanto outros tinham “esquecido” o trabalho em casa, código para “ainda não tinha feito nada”. Nessa aula, cada um dos estagiários acompanhou, de mesa em mesa, auxiliando os alunos com ideias e ajuda na organização do trabalho. As brincadeiras e a conversa acabavam atrapalhando bastante as duas turmas. As ações disciplinares do professor como chamar a atenção e sermões aqui pareciam ser mais intensos, pois muitas vezes os alunos ignoravam os primeiros avisos, o que levava a situações um pouco constrangedoras. As duas turmas eram bem parecidas em comportamento e nas aproximações conosco. Lançavam olhares disfarçados, olhavam de tempos em tempos, verificando o que estávamos fazendo ou se estávamos falando algo com alguém. Infelizmente, nos dias das entregas do trabalho, as duas turmas

apresentaram falta de responsabilidade. Não completaram o trabalho, não completaram os requisitos, não tiveram “capricho”, com exceção de poucos. Durante as aulas participavam e prestavam atenção, o que levava a aulas expositivas tranquilas. Um dos dias de observação, os 7º anos estavam fazendo a Prova Paraná, a qual valia uma boa parte da nota, dois pontos. O professor leu toda a prova em voz alta e os alunos iam completando caso já soubessem as respostas. Fizeram sem problemas maiores, apesar de eu não saber qual o resultado geral das notas das turmas.

Nos 9º anos só observamos uma aula expositiva, sobre os Direitos Humanos. Durante o período de observação, as duas turmas estavam preparando apresentações de slides sobre o conteúdo da Segunda Guerra Mundial, onde a sala foi dívida em grupos, e cada um deles focaria em uma minoria oprimida durante o período estudado, por exemplo, os judeus, outros com os homossexuais, outros com ciganos etc. O 9º ano A era uma turma dívida, pois existia muitos problemas pessoais entre os alunos, tendo a condição de certos alunos não poderem ficar no mesmo grupo. Tinham alunos que não participavam das aulas em nenhum momento, utilizavam o celular ou dormiam. Essa turma também continha dois alunos surdos e mudos, então em todas as aulas uma professora tradutora os acompanhava, dando atenção direta a eles, e ocasionalmente também auxiliava o professor no controle da turma. As atividades também tinham que ser pensadas para atender esses alunos, pois de acordo com o relato da professora, eles acabavam ficando isolados em trabalhos em grupo, pois ninguém os convidava para participar, e que isso gerava um incomodo emocional. Inclusive, esse trabalho de apresentação seria o primeiro que eles fariam, então era um teste de como ocorreria dentro das possibilidades. Infelizmente, quando a professora não podia comparecer, ninguém da sala conseguia se comunicar com eles. O 9º ano B não tinha tantos problemas de convivência. Era uma turma mais discreta, e foi neutra com a nossa presença na sala. Geralmente eram alguns alunos em específico que faziam perguntas e em voz alta para toda a turma. As duas turmas tiveram dificuldades nas apresentações, alguns grupos não conseguiram se preparar bem, apesar do tempo de aula disponibilizado, e muitos acabaram lendo suas partes durante a apresentação, sendo que o professor havia dado a instrução de que não deveria ter leitura, a não se fosse pequena. Por causa

disso, alguns grupos tiveram que reapresentar seus trabalhos, e inclusive um grupo decidiu não apresentar, e aparentaram ficar bravos com as críticas do professor.

Nos 9º anos foi possível observar a questão dos temas sensíveis tratados por CAMARGO (2024) e PEREIRA, SEFFNER (2018), porque o conteúdo que os alunos teriam de produzir os trabalhos sobre eram temas sensíveis, tratando sobre a Segunda Guerra Mundial, a Shoa e a perseguição de minorias. Um dos grupos iria apresentar sobre a perseguição aos homossexuais, e como parte da apresentação decidiram usar vestidos para se “fantasiar”, infelizmente de forma caricata e preconceituosa. O professor questionou os alunos sobre a motivação, e eles não souberam responder. A partir disso, a discussão que o professor fez sobre essa atitude se provou muito frutífera, pois acredito que se isso só tivesse sido tratado como uma brincadeira e não fosse apontada a atitude, ou se tivesse sido somente uma bronca, o entendimento do porquê aquilo é sensível e é errado, teria passado despercebido, e seria exatamente o contrário do que os autores colocam como o papel do professor de história. A forma respeitosa como o professor trouxe o tema a discussão ajudou os alunos a não se sentirem desafiados e acabarem se aborrecendo, o que achei uma abordagem que não afasta os alunos e aproveita oportunidades de aprendizado.

2.4 O PROFESSOR ANFITRIÃO

O professor conhecia bastante seus alunos. Sempre muito próximo e aberto a conversa, e que inclusive muitas vezes fazia brincadeiras mais pessoais sobre alguns deles. Ele já acompanhava um número deles há alguns anos, até de outras instituições. Todos recebiam os comentários de maneira positiva, e inclusive retrucavam muitas brincadeiras. Na minha opinião, em alguns momentos, acredito que essas brincadeiras são um pouco severas, causando um certo constrangimento, principalmente ao aluno, onde o tratamento do professor é ligado ao comportamento do aluno. Se ele se comporta mal e faz bagunça na sala, a piadas geralmente envolvem a capacidade de leitura, inteligência, ou a temida reprovação de ano. Geralmente com os meninos, mas não exclusivamente. Inclusive, dentro da escola, isso foi um comportamento observado em diversos momentos, em que certos alunos

que tinham uma relação positiva com o professor conseguiam pequenas vantagens, como ir ao banheiro sempre que pedia, encher a garrafa de água, sair da sala para resolver algum imprevisto ou chamadas de atenção menos severas. Na minha visão isso teve um efeito bem negativo no comportamento de alguns alunos, que numa conversa mais privada, relatavam que não se sentiam motivados a mudar de comportamento, pois já estavam “taxados” como bagunceiros ou “oreias secas”, termo que o professor usava nas brincadeiras. Apesar disso, o professor era aberto ao diálogo e se algum aluno se mostrava incomodado de forma mais explicita, ele se desculpava e mediava a situação.

Na hora do recreio, o professor preferia ficar no pátio invés de ir à sala dos professores. Muitos alunos vinham até ele para conversar, seja sobre a vida pessoal, sobre as aulas, notas, trabalhos, tarefas, ou pequenas provocações e piadas. Uma piada interna entre eles era a de combinarem um horário depois da aula para uma briga entre o professor e os alunos, para descontarem a raiva e resolver os problemas assim. Sempre era entendido como brincadeira e funcionava quase com um jargão do professor.

A maioria das aulas do professor foram expositivas e com o uso de recursos didáticos variados. Algumas aulas utilizando o livro didático e fazendo as atividades propostas nele, ou passando conteúdo na lousa, outras utilizando dos slides do estado providos através do RCO, sempre procurando problematizar o conteúdo e aproximar as problemáticas a vida dos alunos. Essa variação ajudava a quebrar a tensão da rotina sempre igual, e ajudava os alunos a ficarem interessados.

2.5 AULAS MINISTRADAS

A turma escolhida foi o 9º ano A, sendo o conteúdo ministrado nas minhas aulas o período da Quarta República da História do Brasil, também conhecido como República Democrática ou de Governos Populistas. Se trata do período entre 1945 e 1964, em que o Brasil volta a ter eleições democráticas após o fim do Estado Novo de Getúlio Vargas. Nesse caso, trataria do segundo mandato de Getúlio Vargas, pulando o governo de Eurico Gaspar Dutra, até o contexto político do Golpe Militar de 1964. Seriam quatro aulas, separadas em duas semanas, sendo uma aula na quarta-feira e

outra na quinta-feira, a primeira aula da tarde. A metodologia utilizada seria principalmente a aula expositiva, com slides feitos por mim como recursos didáticos. Como havia dois alunos com deficiência auditiva na turma, eu optei por não utilizar de vídeos nem músicas durante a aula, para não excluir eles de alguma forma, e sempre manter os slides bem descritivos, com informações de cada um dos itens e legendas nas imagens para que eles pudessem acompanhar sem ter de ficar dependendo muito da tradução da professora.

A ideia de construção inicial da aula era de relembrar a figura de Getúlio Vargas, que estava fresca na cabeça dos alunos, para assim começar a trabalhar o contexto político de tensão da época. Eu utilizei da letra de uma marchinha de Carnaval e que depois virou tema de campanha para isso, chamada “Retrato do Velho”. Como todo esse conteúdo vem antes de um assunto sensível que é a Ditadura Militar, eu queria que o trajeto entre as aulas não fosse de que tudo que aconteceu naquele período culminava na ditadura, como se fosse só um período de transição, e sim que foi um processo de enfrentamento político que afetou a população brasileira, e que essa interferiu diretamente na visão da geopolítica nacional, tendo impactos no presente, e inclusive bem contemporâneos. Então tratando do governo de Getúlio a partir do que era o populismo, o porquê de não se chamar esses governos somente de populistas, pois não descreviam inteiramente o processo histórico que aconteceu. Também tratar das crises que aconteceram no desenvolvimento do país, que gerava um discurso opositor as políticas públicas e por último, fazer uma leitura com a turma da carta de suicídio do Getúlio, para quebrar a monotonia da fala extensa da aula expositiva.

Na segunda aula, para retomar o conteúdo da última aula, a introdução seria falar sobre as tentativas de golpe entre o suicídio de Getúlio e a posse de Juscelino Kubitschek. Depois, o desenvolvimentismo do governo JK, a construção de Brasília e a arquitetura modernista, utilizando de imagens de patrimônios nacionais e mapas dos planos de desenvolvimento da infraestrutura pelo país. Também falaria sobre os Candangos, e a importância da identidade cultural na construção da nova capital, pensando os movimentos dos trabalhadores.

Numa mudança de planos que ocorreu logo após a primeira aula, o professor que nos recebeu decidiu diminuir os conteúdos que iriamos ministrar, por causa do curto tempo que tínhamos, pensando que também teríamos de realizar uma atividade avaliativa, e que provavelmente seria necessária uma aula toda. O novo plano seria a

primeira aula sobre Getúlio Vargas, a segunda uma atividade de fixação para conseguir sondar a aprendizagem da turma e não diminuir o entusiasmo dos alunos, e depois tratar até o fim do governo JK, para então na última aula fazer a atividade avaliativa.

Eu recebi essa notícia de forma positiva, pois estava inseguro se iria conseguir tratar de todo o conteúdo em três aulas. Infelizmente eu cometi uma falha em relação aos alunos com deficiência, pois eles conseguiram acompanhar a primeira aula, mas não participaram das outras porque tinham outras atividades previstas no horário, e, num dos dias a professora não pode comparecer, e não preparei um material escrito para eles poderem acompanhar, que foi uma sugestão da professora após o término das docências.

2.6 AVALIAÇÕES

Foram feitas duas atividades com a turma. A primeira foi um mapa mental do conteúdo da primeira aula ministrada. A partir das cinco palavras escritas no quadro, os alunos deveriam adicionar palavras relacionadas àquelas e ao conteúdo. A segunda, que era a atividade avaliativa, foi um trabalho em grupo de perguntas e respostas onde os alunos deveriam responder as perguntas escritas por mim no quadro no caderno de um dos alunos, a fim de em um minuto, apresentar a resposta a mim e escolher o grupo vencedor. Os critérios de avaliação foram a participação na atividade na sala de aula e o registro correto das respostas na folha de entrega. A resposta da turma foi bastante positiva, todos que estavam presentes na sala participaram da atividade, responderam todas as perguntas corretamente e entregaram seguindo as instruções. Eles pareceram apreensivos nos primeiros dias em relação a nota da atividade, então decidi fazer uma coisa mais simples para tranquilizá-los, mas que ainda sim promovesse um registro escrito do conteúdo, que foi um conselho do professor em relação a turma.

3. CAPÍTULO II: ANÁLISE

3.1 MUDANÇAS GOVERNAMENTAIS NO EXERCÍCIO DOCENTE

O objetivo deste trabalho é analisar como as mudanças implantadas pelo governo do estado interferiram no exercício docente e no funcionamento da escola, a partir do relato de experiência de estágio numa escola estadual de Ponta Grossa, nas aulas da disciplina de História, pensando a Reforma Neoliberal do Ensino e sua aplicação nas políticas educacionais no Paraná. O governo do estado apresenta os resultados da implementação de suas políticas de forma positiva, avaliando o uso das plataformas e a efetividade dos alunos através dos dados coletados nas mesmas, como o comparecimento dos alunos as aulas e as notas da Prova Paraná, que se tornou parte da avaliação trimestral.

Como podemos observar no relatório, várias direções sobre a gestão da escola obedecem a diretivas do governo do estado do Paraná, mudando a rotina escolar. Ações como atividades de recuperação de notas, premiações pelo fluxo escolar, a inserção de plataformas educacionais, cursos de capacitação de professores dentro da carga horária, e programas de parceria privada com a escolas demonstram o interesse do atual governo do estado em alterar toda a gestão da escola e comunicá-las como melhorias, aliando os interesses do mercado neoliberal e da cultura material aos recursos técnicos e de infraestrutura recebidos. A administração da escola acontece em maior parte virtualmente, transformando os materiais escolares de analógicos a digitais, tanto pela facilidade para manipulação e transferência de dados em redes dessa forma, tanto pela ideia de que o uso da tecnologia como forma de modernização e eficiência na “era digital”, proposta por SELWYN:

> “Uma das características mais impressionantes dos muitos relatos e análises recentes acerca da era digital são as formas em geral “transformatórias” (e frequentemente otimistas) nas quais as mudanças associadas à tecnologia digital tendem a ser imaginadas. Em suma, a maior parte dos relatos sobre a era digital é concebida em termos de discursos de progresso, transformação e sedução “do novo”. (SELWYN, 2011, p.27)

Através dessa mudança na infraestrutura da gestão, procura-se não só implantar uma rede de dados entre todos os níveis de gestão, mas de criar uma rede

de vigilância por toda a escola. Esses dados recolhidos não são somente utilizados pelo estado, pois muitas das plataformas utilizadas são de grandes empresas privadas que não tem o interesse público como prioridade, como aponta DIJCK (2022):

> “Alguns dos principais problemas são a quase total falta de transparência sobre como os fluxos de dados são conduzidos dentro e entre os setores, como os algoritmos influenciam o comportamento do usuário, como os mecanismos de seleção afetam a visibilidade do conteúdo e como os modelos de negócios favorecem as transações econômicas sobre o interesse público. Além disso, setores públicos que historicamente servem e protegem o bem comum, como educação e saúde, são rapidamente encapsulados no ecossistema da plataforma americana, onde correm o risco de ser transformados em commodities privatizadas.” (DIJCK, 2023, p.34)

Se o acesso a esses dados não totalmente transparente, e aquilo que é visível ou não ficam a cargo de quem controla o sistema, como podemos encarar essa mudança como positiva quando ela está ligada a um setor público? E então aqui, a crítica a gestão pública se encaixa ao discurso neoliberal, pois o método antigo de gestão é colocado como desatualizado, demorado, burocrático, e o novo é tecnológico, melhor e efetivo, sendo implantado quase que imediatamente. Mas na prática, muitos dos problemas apontados como resolvidos pelas plataformas, não tiveram alterações, pois eles não tinham como raiz a gestão, e sim, a infraestrutura física das escolas.

3.2 O ENSINO REMOTO E A PLATAFORMIZAÇÃO

Dentre as diferentes modalidades de ensino, o ensino remoto teve um grande crescimento no Paraná desde 2019. O investimento nessa área é inclusive prévio ao contexto pandêmico, onde a questão do isolamento social e preservação da saúde ainda não eram soberanas para o funcionamento de qualquer instituição. Através das inúmeras plataformas, um programa padrão de ensino foi desenvolvido para que, no contexto específico, traria os melhores resultados. Porém, esse sistema foi adaptado e expandido, e o processo de padronização foi espelhado nas modalidades presenciais, sendo implantado primeiramente nas escolas estaduais, e até nas escolas municipais. (PANINI, SILVA, 2024, p.21)

Apesar de ter sido uma estratégia para encarar os desafios durante a pandemia, a plataformização do ensino pensada antes desse contexto revela como o governo do estado utilizou disso como uma forma de laboratório de testes, em que

mesmo com o retorno a modalidade presencial, já havia consolidado o uso das plataformas, pois não houve uma reversão ou readaptação ao modelo antigo.

Para que as plataformas e os dados recolhidos façam sentido, é preciso ter uma base comum de análise, passando por um processo de padronização do ensino e do currículo, ancorados nas mudanças nacionais propostas pela Base Nacional Comum Curricular:

> “A padronização da organização do trabalho pedagógico, via padronização do currículo, grande contribuição se deu com a publicação da Base Nacional Comum Curricular em 2017, contribui com o esvaziamento da cultura da escola, atua na contramão de uma prática pedagógica emancipatória, com foco em uma matriz curricular formativa, com objetivo de promover a formação integral e crítica do sujeito.” (PANINI, SILVA, 2024, p.25)

Como aponta o trecho, essa padronização mina a autonomia do professor e a formação do aluno como sujeito crítico, além de afetar o ambiente escolar, por limitar a interação entre a comunidade escolar, suas práticas e rotinas. No caso da escola do relato, muitos alunos só conseguiam acessar esses materiais quando estavam na escola, por não terem computadores, celulares ou acesso à internet fora dela. Então, a integração das plataformas só acontece dentro da escola, com o conteúdo e encaminhamentos metodológicos sugeridos pelo governo do estado, sendo que o professor é cobrado de utilizar o material disponibilizado. Ou seja, uma diretriz coercitiva, pois se é necessário registrar o uso, então elas precisam ser consideradas para não ocorram consequências negativos ao docente. A abordagem do conteúdo, a metodologia das aulas, e as sequências das aulas acabam não atendendo a especificidades que podem surgir em cada turma, e a aprendizagem torna-se mecânica e inflexível. A BNCC também norteia essa integração, num contexto internacional, da lógica tecnicista ligada ao currículo e do sistema capitalista:

> “A BNCC aponta para uma “modernização” dos conteúdos e dos métodos escolares tendo como premissas as novas vivências da geração das mídias, do individualismo do jovem cidadão consumidor cujo sonho é se integrar ao sistema capitalista globalizado que o torna dependente da aquisição contínua das novas tecnologias.” (BITTENCOURT, 2018, p.143)

3.3 A ESCOLA PARA O TRABALHO

A liberdade de escolha do currículo pelo itinerário apresentada pela Reforma do Ensino Médio é defendida pela realidade do mercado de trabalho, pautada na possibilidade de o aluno escolher seu plano acadêmico, tendo um aprofundamento numa das quatro áreas do conhecimento que ele esteja interessado, ajudando em sua futura carreira profissional. As quatro áreas são: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas. Temos aqui um exemplo de como o entendimento de um governo sobre o objetivo da escola propõe um plano pedagógico que esteja aliado a seus interesses, e nesse caso os interesses do bloco neoliberal:

> “Existem várias iniciativas políticas que emergem dos segmentos neo-liberais e desta nova aliança hegemónica. A maior parte destas iniciativas centra-se quer na criação de relações cada vez mais próximas entre a educação e a economia, quer na inserção das escolas no mercado. No caso concreto da ligação entre a educação e a economia, esta aparece representada não só por propostas abrangentes nos programas “escola para o trabalho” e “educação para o emprego”, como também por um vigoroso programa de redução dos custos num estado deficitário.” (APPLE,2002, p.59)

Apesar do relato deste trabalho tratar do estágio no ensino fundamental, a Reforma do Ensino Médio teve um efeito nos alunos dos anos finais, principalmente dos 9º anos. Por mais que o currículo não tenha mudado, o 9º ano passa por uma preparação nesse momento de transição entre ensino fundamental e médio. Em conversas dentro da sala de aula, muitos deles relatavam que ou não sabiam nada sobre os itinerários e como funcionavam, nem sabiam onde podiam saber mais, ou ainda não sabiam qual dos itinerários iriam escolher, pois nem todos eles estavam disponíveis, sendo necessário mudar para uma escola que o disponibilize, o que em muitos casos, não era possível. Então, a liberdade de escolha proposta pela Reforma acaba não atingindo seu objetivo pela falta de infraestrutura para que todas as áreas estejam disponíveis em todas as escolas, tornando essa escolha mais pautada na realidade econômica do aluno do que em sua vontade.

3.4 RESISTÊNCIA DOS DOCENTES

Durante os vários momentos de conversa entre os estagiários e o professor anfitrião, o assunto mais comum era sobre os desafios da docência com as mudanças na educação na última década. Apesar de não conversar diretamente com os outros professores da escola, escutando os assuntos nas salas dos professores durantes os

intervalos e horas aula, era perceptível existiam posicionamentos variados diante das novas políticas educacionais. Apesar disso, todos apontavam que a implantação destas era um ato político, sempre aliando a discussão a notícias sobre o governo do estado, a realidade de outras escolas da cidade, e a infraestrutura da escola. Vale lembrar, que muitos professores trabalham em mais de uma escola por vez, e comentavam como mesmo com a implantação dessas políticas, por causa da diferença da estrutura e da comunidade escolar entre as instituições, não tinham a mesma efetividade e ou não tinham a adaptação necessária para ter aproveitamentos iguais.

Os professores que não concordaram, questionavam o motivo da implantação e a forma como ela aconteceu. Dentro da sala de aula, o professor falava sobre as diferentes maneiras que ele encontrava de lidar com as plataformas. Dentro da sua carga horária, inclusive durante o período de observação, ele teria de participar de curso oferecidos pelo estado no programa “Formadores em Ação”, que interferiria na distribuição das aulas do próximo ano, e isso poderia atrapalhar sua organização:

> “Ainda em 2023, a secretaria vinculou a classificação para escolha de turmas na distribuição de aulas à participação deste programa, tal ação forçosamente faz com que os professores que não participavam dos cursos ofertados pelo programa Formadores em Ação passem a participar massivamente, ou como consequência podem perder suas aulas ou ficar excedente em sua escola de lotação do vínculo.” (PASINI, SILVA, 2024, p.22)

Outro forma de resistência docente é não utilizar sempre o material disponibilizado pelo governo do estado, variando as metodologias empregadas na aula, e quando utilizava, procurava sempre expandir o conteúdo proposto, e assim conseguir adaptar o conteúdo a realidade da turma, pensando o ponto de vista da pedagogia crítica.

Uma das frentes de resistência ampla, pensando numa mobilização geral, são os sindicatos dos professores. Dentro da discussão sobre as formas de resistência ao modelo neoliberal, a principal forma apontada é a união dos profissionais e a consciência de seus direitos. Sem a aliança coletiva da classe, é difícil vislumbrar uma mudança significativa nas políticas educacionais. No Paraná, por exemplo, a APP Sindicato, união sindical que atende todo o estado, através de reuniões, cursos e divulgação científica, apontam como os dados apresentados pelo governo do estado nas propagandas não refletem a realidade vivida dentro das escolas, e denunciam o cansaço dos profissionais, que leva ao seu adoecimento, a reclamação da comunidade escolar, a hiperburocratização dos processos de rotina, e a pressão

sobre a instituição de atingir metas que não refletem a infraestrutura presente da escola. Mesmo com essas questões, muitos professores resistem a esse sistema com várias estratégias diferentes, e através da observação, da conversa sobre a vivência desses profissionais, se vê necessário uma pesquisa baseada em métodos científicos que podem ir além dos dados estatísticos empresariais, e entender como a política e a educação tem um resultado direto na vida de todos.

3.5 O AMBIENTE DA ESCOLA

Desde a entrada da escola, até dentro das salas de aulas, existem vários cartazes que reiteram várias práticas no funcionamento da escola. Como a avaliação do IDEB da escola é calculada através da média da presença dos alunos junto com a nota nas provas aplicadas pelo estado, como por exemplo o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), a escola precisa fazer com que os alunos não faltem as aulas e tenham boas notas para que continue recebendo os investimentos. Nas paredes está estancado desde mensagens positivas e motivacionais aos alunos, até os resquícios da época de pandemia de higiene e uso do álcool em gel. Os avisos sobre as leis de respeito ao funcionário público também chamam atenção. Alguns murais da escola continham desenhos, e o pátio na hora do recreio ficava cheio, pela quantidade de alunos durante cada turno. Algumas salas foram convertidas a laboratórios de informática, justamente pela necessidade de os alunos acessarem as plataformas durante as aulas. Durante o período do estágio, somente a parte externa e fachada da escola passaram por obras, que levou ao comentário do professor anfitrião sobre a efetividade delas. De acordo com ele, o tempo de instalação das salas de informática e computadores nas salas foram muito mais rápidos e receberam prioridade, do que as outras obras de reparo da infraestrutura. Aqui podemos perceber um exemplo de como o uso de tecnologias na aprendizagem recebe uma prioridade de investimento, em detrimento da manutenção do espaço escolar já existente. Lugares como as bibliotecas, por exemplo, são secundarizados e dentro da perspectiva tecnicista, considerados desatualizados e ineficientes. Assim, gradativamente perdem seu papel na instituição, com redução do espaço físico, visitas mais esparsas dos alunos, que agora entram nas plataformas de leitura para acessar

os livros. Com o escoamento de investimentos centrados no virtual, o analógico é deixado as traças.

3.6 COMPORTAMENTO DOS ALUNOS

O comportamento dos alunos na sala de aula é utilizado como justificativa para muitas alterações na gestão da escola. A infâmia da violência é um fator complexo que é muitas vezes ligadas as instituições públicas, principalmente localizadas em áreas periféricas. Se uma escola tem muitos problemas com indisciplina, casos de violência, ou confusão entre os alunos, ela é vista como uma escola ruim. Esse dado muitas vezes ignora comunidades escolares complexas que tem um papel transformador na vida dos alunos e suas famílias, e que podem trabalhar através de ações e projetos para remediar essas questões, ou cultivar um ambiente de igualdade e respeito.

Mesmo isso sendo uma questão que todos os funcionários da escola lidam, o professor é encarado como o principal responsável pelo comportamento dos alunos. Mas se ele é desqualificado como profissional pelos vários processos burocráticos necessários para requirir uma intervenção mais severa, se ele é desvalorizado pela gestão da escola, que observa as notas dos alunos da sala e já taxa como “sala problemática”, isso tem um impacto na percepção da comunidade escolar em volto da figura do docente, levando aos alunos a também não respeitar o professor, pois todo o processo burocrático necessário para classificar a falta de comportamento que o professor tem de escrever é não só cansativo, pois interrompe o ritmo da aula, ou ele necessita utilizar de horas atividade para completar os formulários, como desanimador, pois ele é colocado como culpado dentro da situação, porque não conseguiu incidir disciplina no ambiente da sala de aula. Isso corrobora com a ideia de que o docente não é somente o comandante da sala, aqui significando a posição militar, que deve controlar o comportamento de todos os alunos, e a sala de aula ou a escola, são espaços de vigilância e disciplina. De acordo com a Lei n.º 21327/2022, o Programa Colégio Civil-Militares procura, através da participação dos militares do Corpo de Militares Estaduais Inativos Voluntários (CMEIV), promover uma melhoria no processo de ensino-aprendizagem. A conversão da escola acontece através da

consulta pública, podemos pensar então na visão da comunidade sobre a mudança, pois se há policiais dentro da escola, imagina-se que o ambiente estará seguro. Para além do comportamento dos alunos, a participação dos militares na gestão da escola estende a segurança para os funcionários da escola, incluindo o corpo docente. Se a escola é um lugar de aprendizado, por que são necessários militares para vigiarem a situação? Estaria ela sendo transformada numa penitenciaria aos alunos mal-comportados? Uma prisão reformatória? Como essa inserção pode estar relacionada ao projeto neoliberal?

A analogia da escola e da prisão não é fato recente e nem decorrência da plataformização. No livro Vigiar e Punir: nascimento da prisão (publicado em francês em 1975 e traduzido para o português em 1977), Foucault analisa como as instituições modernas — entre elas a escola, o quartel, o hospital e a prisão — compartilham dispositivos de vigilância, disciplina e normalização dos indivíduos. Ele mostra que a escola, assim como a prisão, funciona dentro de uma lógica de controle do corpo e do tempo: horários rígidos, exames, classificações e hierarquias que visam formar sujeitos dóceis e úteis. O modelo do panóptico (a prisão idealizada por Jeremy Bentham) é utilizado por Foucault para explicar como a vigilância constante cria sujeitos que se autocontrolam, o que se aplica também ao espaço escolar.

A forma como essa vigilância acontece também pode ser percebida nas plataformas, na verificação do conteúdo trabalhado na sala de aula e na foto da turma para chamada no sistema RCO+aulas, na estrutura de avaliação dos funcionários pelo governo do estado, onde dentro de uma hierarquia, os docentes, pedagogos, tutores e diretores fiscalizam uns aos outros, realizando relatórios de aulas observadas, com comentários sobre possibilidades de melhoria e eficiência e se estão cumprindo com suas funções. Essa prática cria um ambiente profissional mais estreito, pois coloca toda a comunidade em constante estado de vigilância, muito parecida com a lógica do mercado competitivo, onde aquele que não mantém os níveis determinados de eficiência, deve ser denunciado. Os professores de História, por exemplo, por tratar de temas que muitas vezes são sensíveis e que procuram desenvolver o senso crítico do aluno, podem ser considerados subversivos ou doutrinários, sendo exigido um monitoramento do que acontece dentro da sala de aula e o que é dito para garantir que o conteúdo seja apresentado apoliticamente. Mas como tratar da didática da história de forma neutra? A educação em si não é neutra:

> “O constrangimento do professor em tratar tais questões sensíveis, liga-se a problemática de uma educação “neutra”. Todavia, a comunidade científica, os especialistas em educação e mesmo os políticos e legistas bem sabem que não existe uma educação neutra. A própria escola enquanto instituição surge na modernidade exatamente para atender interesses políticos e sociais.” (CAMARGO, 2023, p.113)

Assim, o exercício docente não é neutro, e relaciona a realidade que vivemos no cotidiano ao contexto político. Se é exigido neutralidade ao observar a atuação dos professores, porque a própria atuação dos militares, ou a inserção de políticas neoliberais não são questionadas da mesma forma, como ações políticas? O discurso da neutralidade é muitas vezes utilizado justamente para silenciar ou conter formas diferentes de pensamento daquelas defendidas por quem tem e quer manter sua influência e controle.

CONCLUSÃO

A educação é política. Podemos observar que na última década, o bloco neoliberal procura, através de dados produzidos por lógicas e testes enviesados pelo mercado, desqualificar o ensino público, e assim inserir a educação dentro da lógica mercadológica, produzindo discursos tecnicistas que contribuem para desigualdade, separando os alunos de acordo com sua classe econômica. Ainda, propõem uma mudança no tratamento dos professores, que em caso de desagrado, podem ser facilmente retirados, desqualificados, onde qualquer funcionário, independe do currículo e formação, pode substituir. A profissão docente passa por uma desvalorização, onde um discurso apresenta uma relação dupla, de um lado, o ensinar como virtude, algo que não se faz pelo dinheiro, que muito remete a tradição jesuítica da educação na colonização portuguesa, e outra, do professor como doutrinador, capaz de influenciar mentes indefesas, como um vilão maquiavélico com sua própria agenda. Frases como “Se quer ser professor, tem que fazer porque gosta, não porque quer ficar rico”, ou “Professor quer ensinar o meu filho aquilo que não deveria” são infelizmente comuns de se ouvir dentre a população brasileira, presente nas notícias e nos discursos políticos. Conforme a experiência de estágio, o ensino de história enfrenta novos desafios diante do contexto tecnicista. Com o uso da Inteligência Artificial, e o agravamento da divulgação de *fake news*, a discussão sobre fontes históricas, a pesquisa, a veracidade das notícias e a negação da ciência, o ensino de história destaca novamente seu papel social no desenvolvimento do senso crítico do cidadão, indo além da verificação sobre aquilo que é verdadeiro ou não, gerando reflexões sobre o passado e o presente, daquilo que é silenciado e propagado, relacionando ao conteúdo aquilo que o aluno vive e atravessa sua realidade:

> “A produção dos temas sensíveis é fruto de uma relação entre passado e presente, entre o programa de história e as marcas das culturas juvenis e do contemporâneo. Exige, então, sensibilidade da parte do professor, e só confirma o ditado de que o bom professor de história é alguém que mergulha no passado com os pés bem firmes no presente, e esse presente inclui compreender a atualidade dos alunos.” (PEREIRA, SEFFNER, 2018, p.29)

A experiência de estágio não é somente necessária para a formação docente, como também permite ter contato com a realidade dentro da escola de forma direta. A partir disso, podemos contemplar os desafios, tirar nossas próprias conclusões, e

aliar aquilo que foi aprendido dentro de sala ao empírico em certa medida. É entendendo as complexidades além do óbvio da profissão de professor, que a construção de um profissional qualificado acontece. Mas ela não se concretiza somente dentro da sala da escola. Através da análise dos dados coletados é possível desenvolver a crítica com um olhar mais atento e criterioso. É importante salientar que, por mais que o presente trabalho foque na figura do professor, todos os funcionários da escola são afetas pela desvalorização do ensino público. A alta rotatividade nas posições de trabalho dentre os funcionários terceirizados, a falta de conexão entre a comunidade escolar, e a fragilização do arcabouço legislativo trabalhista também são efeitos percebidos dentre a evolução das políticas neoliberais mercadológicas na educação. O objetivo desse trabalho não é vilanizar o uso de tecnologias no ensino, mas entender que a implantação de tais nas escolas estaduais não é um movimento neutro, e tem sim sua carga política através da análise do contexto das políticas educacionais no Paraná. Também, explorar as contradições entre o discurso do governo para a educação e a realidade encontrada durante a prática docente, procurando reconhecer os desafios e perceber novas perspectivas do trabalho pedagógico e vivência docente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPLE, Michael W. *"Endireitar" a educação: as escolas e a nova aliança conservadora*. **Currículo sem Fronteiras**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 55–78, jan./jun. 2002.

APPLE, Michael W. *Educação e Poder*. Porto Alegre: ArtMed, 2006.

BALL, Stephen J. *Políticas Educacionais: questões e dilemas*. **Porto: Porto Editora**, 2001.

BARBOSA, Renata Peres; ALVES, Natália. *A Reforma do Ensino Médio e a Plataformização da Educação: expansão da privatização e padronização dos processos pedagógicos*. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 21, p. 1-26, 2023.

BITTENCOURT, Circe Fernandes. *Reflexões sobre o ensino de História*. **Estudos Avançados**, São Paulo, Brasil, v. 32, n. 93, p. 127–149, 2018.

CAMARGO, Maicon da Silva. *Os temas sensíveis e o papel político do ensino de História: abordagens, perspectivas e atualidades*. **Temporalidades,** Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 106–127, 2024.

CARNOVALE, V.; FRANCO, M.; LEVÍN, F. *História reciente*. [s.l.] Ediciones Paidos Iberica, 2007.

DENEZ, Cleiton Costa et al. *Não venda minha escola***.** Política educacional paranaense: a transformação da escola pública como mercadoria. Paranavaí: Unespar, 2024.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. *Handbook of Qualitative Research*. 2nd. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2000.

DIJCK, José van. *Governando sociedades digitais: plataformas privadas, valores públicos*. **PAULUS: Revista de Comunicação da FAPCOM**, [S. l.], v. 6, n. 12, 2023.

FICO, Carlos. *História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro*. **VARIA HISTÓRIA**, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p.43-59, jan/jun 2012.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 2014.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Luiz C. *A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias*.São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GIROUX, Henry A. *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 3, n. 30, 24 abr. 2021.

LACOUTURE, Jean. *A história imediata*. In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jaques (Orgs.). A nova história. Coimbra: Almedina. 1978.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas.* São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

OLIVEIRA GOMES, M. A. de; APARECIDA MORAES, L.; RAMOS BEZERRA, V. *A REFORMA DO ENSINO MÉDIO E A REPETIÇÃO DA HISTÓRIA: a primeira como tragédia e a segunda como farsa*. **Revista Exitus**, *[S. l.]*, v. 14, n. 1, p. e024033, 2024.

PEREIRA, N. M.; SEFFNER, F. Ensino de História: passados vivos e educação em questões sensíveis. **Revista História Hoje**, *[S. l.]*, v. 7, n. 13, p. 14–33, 2018.